



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG)**

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

REQUERIMENTO Nº DE 2023

(Da Sra. Célia Xakriabá)

*Requer a realização do I Seminário dos Povos Originários no Congresso Nacional.*

Senhor Presidente,

Requeremos, com base no artigo 24, inciso XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização do I Seminário dos Povos Originários no Congresso Nacional, no dia 27 de abril de 2023.

**JUSTIFICAÇÃO**

No ano de 2004, por ocasião do então "Dia do Índio", agora acertadamente "Dia dos Povos Indígenas", lideranças indígenas de todo o Brasil deram início a uma série de movimentações em Brasília contra a política indigenista vigente na época. Protestava-se contra as violações de seus direitos, em especial, as agressões ocorridas nos anos anteriores. Diversas etnias e organizações (tanto indígenas, quanto indigenistas) reuniram-se em Brasília, dando origem ao Acampamento Terra Livre (ATL). Dentro do evento, os debates ocorridos em torno dos direitos indígenas originaram o Fórum de Defesa dos Direitos Indígenas (FDDI) e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Desde então, o Acampamento Terra Livre (ATL) acontece anualmente e reúne uma multiplicidade de povos, provenientes de vários biomas do país, para discutir as violações dos direitos indígenas e reivindicar o cumprimento das leis por parte do governo federal brasileiro, além da adoção de novas medidas que se fizerem necessárias. Atualmente, é considerado o mais importante evento indígena do país, devido à sua dimensão nacional e continuidade temporal. Neste ano de 2023, o Acampamento Terra Livre encontra-se em sua 19ª edição.

A pauta mais central do ATL refere-se à questão territorial, isto é, à defesa da demarcação e proteção dos territórios indígenas. Outras pautas históricas, como o acesso à saúde e à educação, além das denúncias das violências sistemáticas contras a população

indígena, também têm grande peso. A partir da década de 2010, com o apoio da ONU Mulheres Brasil, o direito das mulheres indígenas passou, cada vez mais, a ser tema de debate.





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

A partir da

década de 2020, outras pautas também ganharam destaque, como a situação dos indígenas encarcerados, bem como os direitos dos jovens e dos indígenas LGBTQi+.

O foco do movimento indígena no Brasil abrange muito mais do que apenas o território físico. Dentro do conceito “terra”, estão inseridas reivindicações como educação, saúde diferenciada, respeito e reconhecimento à cultura, projetos socioeconômicos destinados aos diversos povos, áreas de preservação e fiscalização ao cumprimento de leis e demarcações. Uma de suas grandes exigências é a possibilidade de manter sua cultura, seu modo de vida. Ou seja, a luta pela garantia dos direitos indígenas traz à tona questões socioambientais e humanitárias que ainda precisam ser discutidas.

O marco do movimento indígena data de 1940, no México, momento em que foi realizado o primeiro Congresso Indigenista Americano (Convenção de Patzcuaro). No Brasil, começam a se manifestar de maneira mais organizada apenas na década de 70, tendo em vista a necessidade de proteção de terras em relação a políticas expansionistas da ditadura militar.

Logo após esse período, em 1983, o primeiro deputado federal indígena é eleito no país, reforçando a ideia de que, para evoluir em sua luta, os povos indígenas precisariam ser representados por quem a conhecia e vivenciava de fato. Nos anos seguintes, os indígenas fizeram-se presentes no Congresso Nacional e na política de forma geral, organizando protestos e criando grupos autônomos de reivindicações. Em 2019, finalmente, a primeira mulher indígena foi eleita, deputada Joenia Wapichana, abrindo caminhos para que na atual legislatura a bancada do cocar conquistasse mais cadeiras, embora ainda muito poucas.

Vale ressaltar que a população indígena brasileira, por seu tamanho e abrangência, precisa ser mais representada nos espaços políticos institucionais. Segundo resultados do penúltimo Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no país, em 2010, era de 896.917 indígenas, sendo 572.083 em zona rural e 324.834 em zonas urbanas. Os dados estatísticos revelaram que em todos os Estados da Federação, inclusive no Distrito Federal, há populações indígenas. Neste ano, os dados serão atualizados com a realização do Censo 2022, o primeiro a ser elaborado desde 2010, apresentando um novo retrato dos indígenas no Brasil e contribuindo para a formulação de políticas públicas em prol dessas populações.

A realização deste Seminário é, portanto, uma excelente oportunidade para que parlamentares e a sociedade em geral acessem a atualidade dos debates da pauta indígena, a partir dos relatos de representantes das diversas etnias que estarão em Brasília por ocasião do 19º ATL, e a partir disso, estabeleçam diálogos legislativos e se comprometam com a defesa de seus direitos.

Sala da Comissão, em 24 de março de 2023.

Deputada **Célia Xakriabá**  
PSOL/MG

